

MARIA LUÍSA CABRAL

AS COLECÇÕES,
O ACESSO
E OS UTILIZADORES
DAS BIBLIOTECAS

Conferência proferida na Faculdade de Letras
da Universidade do Porto,
por iniciativa do Curso de Especialização
em Ciências Documentais

PORTO
Faculdade de Letras
da Universidade do Porto
1996

AS COLECÇÕES,
O ACESSO
E OS UTILIZADORES
DAS BIBLIOTECAS

Ficha técnica:

Autor: *Maria Luísa Cabral*

Título: *As Coleções, o acesso e os utilizadores das bibliotecas*

Edição: *Faculdade de Letras da Universidade do Porto*

Ano: 1996

Tiragem: 200 ex.

Depósito Legal n.º

ISBN

Fotocomposição e impressão: *Tip. Diário do Minho (Braga)*

ABERTURA

O Curso de Especialização em Ciências Documentais promoveu, no passado dia 10 de Maio, a realização da primeira de uma série de conferências, de carácter científico, destinadas antes de mais aos alunos do Curso, mas abertas à participação de profissionais do sector das bibliotecas e arquivos. Entendemos que a divulgação dos estudos e das investigações levadas a cabo no âmbito das Ciências da Informação é um complemento da formação académica que pode ser dinamizado a partir deste Curso. Por isso, planeamos realizar iniciativas deste tipo, uma ou duas vezes por ano, permitindo aos alunos o contacto com estudiosos e profissionais que, ao nível científico e técnico, vêm desenvolvendo investigação digna de realce. A realização de conferências temáticas, às quais se segue um debate e troca de ideias com a assistência, foi a forma que escolhemos para criar um espaço de reflexão sobre as diferentes problemáticas que envolvem esta área particular da Informação, consubstanciada em sistemas tão específicos como as Bibliotecas e os Arquivos.

A publicação dos textos das conferências, em pequenos opúsculos, constitui um meio de deixar registada a informação transmitida e, desse modo, possibilitar uma divulgação para além do momento da efeméride. Os escassos estudos produzidos no nosso País, nesta área especializada, tornam bem premente a necessidade de não perder oportunidades para difundir o que vai sendo objecto de reflexão e de pesquisa. Fica aqui, pois, o nosso primeiro contributo.

A Direcção do C.E.C.D.

NOTA DE APRESENTAÇÃO

A Dr.^a Maria Luísa Cabral, autora da conferência que a seguir se publica, é actualmente técnica assessora da Biblioteca Nacional. O seu percurso na área das bibliotecas vem desde 1973, ano em que se diplomou com o Curso de Especialização Técnica de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Na sua carreira académica conta também com um Mestrado em Biblioteconomia, na Leeds Polytechnic School of Librarianship (Reino Unido, 1983).

A notoriedade da Dr.^a Luísa Cabral nos meios bibliotecários dispensa grandes apresentações, especialmente porque o seu nome está ligado de forma indelével à criação e desenvolvimento da PORBASE — Base Nacional de Dados Bibliográficos. Com efeito, em 1985, a Dr.^a Luísa Cabral foi chamada, pelo então Director da Biblioteca Nacional, Prof. Doutor Manuel Vilaverde Cabral, a coordenar o processo de informatização da maior biblioteca do país. Entre 1986 e 1991 exerceu o cargo de Subdirectora da Biblioteca Nacional, com a responsabilidade de gerir a PORBASE, quer no seu desenvolvimento interno, quer nas suas relações de cooperação com inúmeras bibliotecas portuguesas que, por “arrastamento” da B. N., se viram também envolvidas em processos de informatização. A par com este desafio, esteve envolvida em variados projectos de cooperação europeia.

A sua actividade profissional tem-se alargado também à docência no âmbito da Biblioteconomia, quer no Curso de Especialização em Ciências Documentais da Faculdade de Letras de Lisboa, quer em variadas acções de formação e cursos promovidos pela Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (BAD). No

âmbito desta associação profissional tem sido diversificada a sua acção, com particular destaque para o desempenho do cargo de Directora da revista *CADERNOS BAD*, entre 1989 e 1996. O seu dinamismo e a sua competência possibilitaram o relançamento da revista e a sua dignificação, a ponto de lhe conferir uma qualidade em nada inferior às mais conhecidas publicações estrangeiras da especialidade.

O desempenho de cargos associativos de carácter profissional não se esgota na BAD, mas alarga-se a outras associações internacionais, como a IFLA ou a LIBER. Aliás, o prestígio da Dr.^a Luísa Cabral, a nível nacional e estrangeiro, pode ser atestado pela exercício de consultadoria técnica que tem exercido, bem como pelo largo número de artigos publicados em revistas, jornais e obras de colaboração, quer portuguesas, quer de outros países.

Nos anos mais recentes, a Dr.^a Luísa Cabral tem dirigido os seus interesses e preocupações para a área da *Preservação e Conservação*, sendo de destacar o seu papel, de novo no âmbito da BAD, à frente de um Grupo de Trabalho nesta matéria. Também pela sua iniciativa e graças ao seu habitual empenhamento e dedicação, a actividade do grupo tem sido notória, pautando-se por cursos, seminários, publicações, conferências, etc.

O *curriculum*, que sumariamente traçamos, denuncia uma experiência profissional muito rica, a qual, só por si, seria motivo suficiente para convidar a Dr.^a Luísa a proferir uma conferência dirigida aos nossos alunos. Mas, a verdade é que a causa próxima que motivou o convite foi o facto de a Dr.^a Luísa Cabral ter editado muito recentemente um livro, com o título *Bibliotecas: acesso, sempre*. A produção de literatura nesta área, em Portugal, é tão rara, que o Curso de Especialização em Ciências Documentais sentiu como um dever não deixar passar em branco o aparecimento da obra. A sua divulgação junto dos alunos constitui, a nosso ver, um estímulo e um enriquecimento na sua formação.

O livro da Dr.^a Luísa Cabral reúne uma série de crónicas que a autora publicou, durante cerca de três anos, no *Diário de Notícias*. Da sua leitura ressalta um profundo conhecimento sobre a realidade das nossas bibliotecas e fica-nos clara a ideia de que os textos são o resultado de uma séria reflexão sobre os principais problemas com que elas se defrontam. A conferência, enquadrada na temática do livro, “levanta o véu” sobre as principais questões nele abordadas, aguçando assim o apetite para a sua leitura.

AS COLECCÕES, O ACESSO E OS UTILIZADORES DAS BIBLIOTECAS *

por Maria Luísa Cabral

O livro que agora se lança não partiu duma ideia pré-concebida. Não corresponde a um plano de trabalho, a uma proposta ou a um acordo prévio com um editor, no caso vertente com as Edições Colibri. Este livro reúne o conjunto de artigos escritos ao longo de três anos, entre 1993 e 1995, e publicados no Suplemento de Cultura do Diário de Notícias, artigos esses que representam um processo mental de amadurecimento relativamente às bibliotecas portuguesas, ao desempenho dos seus profissionais, àquilo a que fui assistindo e que me agradou mas sobretudo àquilo a que fui assistindo e que não me agradou. Esta recolha apresenta, no entanto, um aspecto que me parece indispensável e interessante sublinhar porque é esse mesmo aspecto que dá unidade ao livro e que, de certo modo, o justifica. De facto, quando ao fim desses três anos se pôs a hipótese de reunir os artigos tive, inevitavelmente, de

* Conferência proferida na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa respectivamente a 10 e a 14 de Maio de 1996 por ocasião do lançamento do livro BIBLIOTECAS: ACESSO, SEMPRE. Parte deste texto foi previamente utilizado numa Conferência em Évora, a 18 de Maio de 1995, intitulada "Preservar as nossas colecções: uma tarefa inadiável".

os reler. Nesse momento, tenho de admitir, fiquei surpreendida: duns artigos para outros identifiquei um fio condutor o qual involuntariamente, afinal, traduzia uma linha estratégica de pensamento.

Esse fio condutor, essa ideia constante, persistente que tornava, de certa maneira, redondo o conjunto dos meus artigos, era precisamente a preocupação com o acesso à informação que as bibliotecas, e os seus profissionais, são ou não capazes de assegurar. De alguma forma para honrar esta preocupação subconsciente, decidi dar-lhe o devido relevo “puxando-a” para o título. Afinal, nós profissionais estamos nas bibliotecas não exactamente para “tomar conta” dos documentos mas decididamente para os ceder à consulta. Assim, de repente, para mim tudo ficava claro: o motivo porque me tornei bibliotecária; a razão porque tantas vezes ao longo dos meus já 24 anos de carreira discordei com colegas tomando o partido dos leitores; e mesmo a razão porque me empenhei tão profundamente na informatização da Biblioteca Nacional e, também, das bibliotecas portuguesas.

A preparação do manuscrito para publicação deste livro teve, pois, esta enorme virtude: a de chamar as coisas pelos seus nomes. O mesmo aconteceu com a preparação desta Conferência: já que todo o livro se desenvolve em torno da ideia de “acesso” pareceu-me que seria oportuno reflectir em voz alta sobre a mesma problemática. A audiência, julgo, é constituída maioritariamente por alunos do Curso de Ciências Documentais, mas esse facto não me levou a construir esta palestra unicamente em torno de questões técnicas. Entrei pelos campos menos definidos da responsabilidade profissional, do foro deontológico, relacionados directamente com o nível do nosso desempenho.

Tenho a certeza de que não deixarão de pensar quão estranho se afigura eu admitir as minhas “fraquezas” relativamente ao acesso como o faço ao rever alguns aspectos da minha própria carreira. Estou apenas a ser sincera e não me parece que as dúvidas que enumero me sejam exclusivas. Muitos de vocês frequentam o Curso de Ciências Documentais para obterem o diploma e o reconhecimento oficiais mas já exercem a profissão há algum tempo,

chamem-na de bibliotecário ou de documentalista e deverão reconhecer no vosso íntimo que a tendência para nos esquecermos objectivamente dos nossos leitores — isto é, dos nossos clientes — e dos interesses desses mesmos leitores é latente e muito grande. Se não houver uma constante chamada de atenção, torna-se muito fácil — às vezes quase tentador — ceder aos nossos próprios interesses fazendo duma profissão destinada basicamente a servir os outros um instrumento subtil de satisfazer ambições pessoais, como ler, ou escrever, ou estar informado e actualizado, sem atender suficientemente aos objectivos do trabalho.

Deixem-me dar exemplos: antes de mais nada, catalogar muito bem. Sem falhas, com todos os pontos, traços e vírgulas que as normas exigem; por exemplo, manter as publicações periódicas muito arrumadinhas sem lhes mexer porque dá um trabalho medonho manter as séries, os volumes, os anos, os números na ordem devida; por exemplo, chegar à hora da saída e ter as devoluções dos empréstimos todas de volta às estantes. E eu pergunto: quantos de nós parámos, por um instante, para saber se a nossa catalogação é clara para os leitores? Quantas vezes não ambicionámos que aquele título que fica exactamente na prateleira mais alta da estante não fosse pedido? Quantas vezes não nos apeteceu que o último leitor deixasse a sala de leitura aí uns 15 minutos antes da hora para podermos arrumar tudo antes da nossa própria hora de saída? E podia continuar a enumeração mas já perceberam onde quero chegar. Temos todos, e devemos reconhecê-lo no mais recôndito do nosso íntimo, momentos de grande falta de profissionalismo que precisam, sem margem para dúvidas, ser irradicados. Não damos muita atenção a essas fraquezas de atarefados que andamos mas a armadilha de considerarmos os leitores como nossos inimigos, existe. Erro tremendo, este. Não é só tremendo pelo facto de podermos considerar a existência dos leitores como um mal necessário que garante os nossos empregos; esta seria, seguramente só por si, uma razão indigna. Pelo contrário, os leitores são a razão de ser do nosso trabalho, justificam-no como uma actividade com inserção e carácter social, virada em absoluto para a comunidade e este é o motivo determinante, de facto, pelo qual a grande maioria

de nós escolheu a profissão. Mesmo sem ter a consciência disso, no fundo a opção por esta profissão traz implícita uma motivação qual é a de servir a comunidade: a comunidade científica, a comunidade escolar, a comunidade civil em geral. Servir a comunidade para lhe dar alguma coisa. Informação, claro. Por este longo enunciado, justifica-se então dedicar uma conferência aos problemas do acesso nas bibliotecas.

Admitindo que estamos nas bibliotecas, nos centros de documentação, nas mediatecas ou seja qual for o nome que preferirem, para prestar um serviço, deveremos nós suportar tantas normas, regras e princípios que nos cerceiam, de certa maneira, a liberdade? A resposta só pode ser afirmativa. E embora reconheça às normas e aos princípios técnicos um papel fundamental, porque não me considero uma perfeccionista, acrescentaria que tudo tem a sua oportunidade. Sem esquecer os bons princípios técnicos que aprendi, julgo que devemos usar a nossa liberdade e a nossa inteligência de acordo com a conjuntura em que desenvolvemos o nosso trabalho: não podemos exigir a uma biblioteca pública a mesma exatidão descritiva a que teremos de obrigar, por exemplo, a agência bibliográfica nacional. E todos compreendem porquê. “Exatidão” e não “rigor”. Uma catalogação pode ser rigorosa sem ser exaustiva. Esse rigor significa a aplicação criteriosa, consistente e sistemática dos códigos que regem a catalogação, a classificação ou qualquer outro conjunto de códigos. Conforme as necessidades dos leitores a quem se destina o núcleo documental em causa, posso variar o número dos elementos da descrição; o que eu não posso fazer é alterar a interpretação dos elementos ou mudar a sua posição relativa, ou mudar-lhe os códigos ou aplicar os mesmos princípios uma vez numa forma e outra forma na vez seguinte. Isto nunca, e porquê nunca? Precisamente em nome do serviço de qualidade, da excelência, que os nossos leitores aguardam e merecem.

O exercício da catalogação e mesmo da classificação ou da indexação goza de uma grande quota parte de subjectividade, e essa circunstância já é em si mesmo um privilégio profissional. Existem normas, regras, códigos mas quem faz a selecção dos elementos e quem os aplica são os profissionais que trabalham a documentação

em presença, isto é, somos nós. Não é um trabalho executado pela aplicação de fórmulas ou que possa ser delegado num “robot” e, portanto, o factor interpretativo é muito considerável e determinante. A função das normas é disciplinar qualquer devaneio criativo nesta matéria; aplicar sempre as mesmas regras em circunstâncias idênticas exige um enorme sentido crítico e é isso exactamente que se espera que consigamos levar a cabo. É mesmo razoável que nos exijam essa consistência. Perante um documento a catalogar e a classificar a primeira e única preocupação que deve nortear os profissionais é a de lograr transmitir, na ausência do próprio documento, uma noção exacta ao leitor do documento que se representa - quer esta representação seja palpável numa ficha inserida num catálogo ou simplesmente legível no écran. Não se alcançando este objectivo, a única conclusão a tirar é de que o nosso desempenho ficou aquém do desejável, isto é, foi mal executado. A descrição física ou de conteúdo de um documento não pode resultar no que eu designo de representação “fortuita” ou “cabalística”.

Não precisarei de citar exemplos concretos mas todos conhecemos, ou ouvimos falar, de catálogos imperceptíveis. Um catálogo imperceptível, labiríntico, constitui a primeira barreira ao acesso. Há muitas maneiras de tornar as fichas tradicionais ou os modernos registos informáticos inexpugnáveis: ou porque faltam elementos descritivos; ou porque os elementos não estão arrumados de forma coerente; ou porque a arrumação de elementos idênticos não é sistemática de caso para caso; ou porque a informação registada remete para entradas “cegas”; ou porque as entradas de autoridade não foram devidamente acauteladas; ou porque, muito simplesmente, houve erro na junção da cota ou estas estão, de facto, erradas. Por exemplo, na catalogação duma comunicação a um congresso a omissão da designação do próprio congresso impede a identificação do documento; na catalogação de um artigo de revista, qualquer confusão entre a indicação do volume e do número da revista, provoca imensas dificuldades na identificação do artigo que se procura; a alteração de critérios na aplicação das regras de alfabetação subverte a ordem interna dos catálogos; qualquer entrada remissiva tem de ser submetida a um controlo apertado para

nos certificarmos que o cruzamento indicado realmente existe e responde; nomes iguais de autores exigem uma verificação minuciosa para que não aconteça, por exemplo, misturar o autor Mário Soares, estadista, com um outro autor Mário Soares, especialista de electricidade...; ou para que não se designe um autor exclusivamente pelo seu nome de baptismo quando o mesmo se tornou célebre sob outro nome. Por exemplo, a entrada de Francisco Xavier de Oliveira tem de remeter obrigatoriamente para Cavaleiro de Oliveira. Não o fazendo, pode dar-se o caso de, à pergunta “que obras tem de Cavaleiro de Oliveira” respondermos inocentemente “nenhumas”; ou as muito comuns trocas de cotas nas quais, como se sabe, uma simples confusão de letra ou número pode causar o maior dos transtornos. A situação pode mesmo fugir ao nosso controlo e tornar-se caricata. Por exemplo, se as entradas de autoridade num sistema automático não tiverem sido devidamente construídas, ao imprimir uma bibliografia de determinado autor, podem aparecer reunidas entradas de autores absolutamente distintos e, se no caso citado de Mário Soares, se dá logo pelo “gato” porque os títulos das obras não poderão deixar margem a dúvidas, no caso de autores e de matérias para nós desconhecidas, ou a que não tenhamos sensibilidade, os erros podem muito bem passar.

Como profissionais tendemos a esquecer que o nosso público não tem de interpretar os nossos códigos, mas muito simplesmente usá-los com proveito. Esse mesmo público, contudo, saberá de imediato distinguir uma informação precisa e fiável que o conduz até ao documento dum outra que não o satisfaz. Se estamos numa biblioteca de acesso directo, quase diria, que a exigência se torna maior: sem a presença do intermediário que pode atalhar, no momento, qualquer dado errado constante numa ficha, num registo ou na requisição de leitura, o leitor está muito mais entregue a si próprio e, portanto, o seu sentido crítico também se aguça. A biblioteca de acesso directo, ficando mais a descoberto, requer profissionais ainda mais atentos. Para além do rigor da informação contida no catálogo, a ordem dos documentos nas estantes é absolutamente vital. Por regra, dentro de cada assunto, as obras do mesmo autor estão reunidas e os autores sucedem-se na respectiva

ordem alfabética. Às vezes, por causa do formato, ou por causa da raridade da espécie, ou porque a obra é muito solicitada, ou porque a obra está muito deteriorada, os documentos não estão na ordem prevista. Um leitor pouco avisado não percebe este re-arranjo doméstico, logo, todos os cuidados que se possam tomar serão sempre poucos: a colocação de fantasmas, as sinalizações nas estantes, os avisos claros e visíveis são indispensáveis se não quisermos que o acesso directo se torne numa segunda barreira ao acesso que tão denodadamente defendemos.

É voz comum dizer-se que vivemos na “sociedade de informação”. Ora, a maior característica desta dita sociedade é a abundância das fontes de informação, a sua pertinácia e, mesmo, agressividade. Também se tornou habitual mencionar a “biblioteca virtual” querendo significar com esta expressão o acesso electrónico aos documentos independentemente do local onde se possam encontrar ou, muito simplesmente, o acesso aos documentos de criação original electrónica. Começo pela segunda situação, isto é, o acesso aos documentos electrónicos propriamente ditos.

Nos Estados Unidos da América do Norte e em países do Norte da Europa a produção electrónica tornou-se comum quer se trate de informação apenas disponível nas redes de comunicação, como sucede com a famosíssima INTERNET ou com as redes académicas, quer seja informação disponível em suporte electrónico como são os CD ROM's para a qual, as mais das vezes, não existe a versão correspondente impressa. Numa ou noutra situação o papel das bibliotecas, ou dos centros de informação como preferirem chamá-los, é de suprema importância porque eles constituem um espécie de ponto de encontro onde, em última análise, essa informação electrónica pode ser identificada e acessível. Se as bibliotecas portuguesas não se apetrecharem convenientemente, se não adquirirem o “know-how” indispensável para rentabilizar o que os produtores de informação lhes oferecem, então, as bibliotecas e os seus profissionais não estão só a coarctar o direito à informação a que todos temos direito mas estão sobretudo a contribuir para alargar o fosso que existe entre a sociedade portuguesa e as outras do Norte europeu, industrializado e rico. Não é uma falácia referir

o desnível e o conflito entre os países do Norte e do Sul. Essa diferença existe, e à velocidade que a informação se produz, se processa e circula, se as bibliotecas portuguesas não agirem lestras, o fosso só tenderá a aumentar. As dificuldades no acesso nesta situação já não têm o carácter anedótico dos exemplos que citei anteriormente no caso do catálogo. As coisas aqui adquirem outro cariz e, chamando-se a regra do jogo competitividade, o que está em causa é a sobrevivência. Enquanto uns acumulam informação que gera mais e melhor informação, outros porque vão irremediavelmente perdendo o controlo dela, serão mantidos à margem do desenvolvimento.

Refiro agora a “biblioteca virtual” no sentido de que o acesso se faz por via electrónica, mercê da navegação nas múltiplas redes disponíveis, em busca dum dado concreto ou da totalidade dum documento, independentemente do local onde o documento possa estar. Como acabo de afirmar “independentemente do local onde possa estar” já que o documento terá de existir para eu o poder solicitar, ou transmitir. Mesmo que a produção impressa diminua — o que falta comprovar - não podemos abandonar a ideia de que os documentos existem e de que alguém os possui e mantém. Poderei digitalizá-lo, na íntegra ou apenas parcialmente, mas para que isso aconteça, fisicamente o documento tem de existir. Obviamente este problema leva-nos de imediato às colecções, ao seu desenvolvimento planificado, à sua manutenção e preservação. Uma boa gestão das colecções constitui, seguramente, ou uma forma de proporcionar o acesso à informação ou uma forma de o impedir. A correcta gestão das colecções implica uma planificação que se prende com variados aspectos da gestão global das bibliotecas. Antes de mais nada, as matérias. Cada biblioteca actua segundo a sua linha estratégica. Cada biblioteca pretende servir este ou aquele público correspondendo a um conjunto de interesses. As bibliotecas públicas podem ter um carácter mais universal enquanto, por exemplo, as bibliotecas universitárias, sobretudo as departamentais, se especializam em determinada área temática. A Biblioteca Nacional, por definição, é uma biblioteca de carácter universal, mas mesmo essa, foi na prática restringindo o âmbito do conceito, e,

hoje, a Biblioteca Nacional é uma biblioteca dedicada quase exclusivamente às ciências humanas. Isto é, todas as bibliotecas adquirem livros, aumentam as suas colecções mas, regra geral, sem pretensões de tudo adquirir. Depois, as bibliotecas têm a noção de período útil e adquirem muito subordinadas à ideia de “tempo finito”. Esta gestão do período de tempo durante o qual se vai adquirir, por exemplo, este ou aquele título de periódico é também muito importante. Não basta proceder a uma nova aquisição; a avaliação sobre o interesse e pertinência duma revista ou dum livro terá de ser feita antecipadamente porque pode ser muito prejudicial começar uma nova colecção que, passados um ou dois anos, se abandona. A continuidade é um aspecto relevante na gestão das colecções sobretudo para os periódicos. Também o é na aquisição dos livros celebrizando-se cada biblioteca pelo tipo de livros que compra. Por exemplo, uma biblioteca pode preferir apostar nas revistas e possuir também uma boa biblioteca de referência, deixando para segundo plano a aquisição de livros considerando que estes se desactualizam com maior facilidade e, nas ciências exactas este é, de facto, um problema que nas ciências humanas é menos agudo.

Começar a assinatura de um título de periódico, permitindo que números em falta se tornem uma constante é uma péssima política porque muito dificilmente se poderão mais tarde colmatar essas lacunas. Ficam as colecções truncadas, e o crédito da biblioteca muito abalado. O crédito da biblioteca ficará igualmente muito abalado se os bibliotecários não forem capazes de avaliar quais as obras monográficas fundamentais para os fundos da biblioteca, obras que podem constituir marcos essenciais no evoluir duma determinada matéria, comprando-as. As obras compram-se quando são editadas e este é um princípio de gestão que deveria nortear a nossa vida profissional. Mesmo que a sua catalogação possa demorar um pouco mais do que gostaríamos por haver muito trabalho acumulado no departamento de catalogação e, portanto, se a sua disponibilização aos leitores for um pouco mais lenta, há que ter a certeza de que a obra foi adquirida e de que acabará por chegar aos leitores. Se as obras não forem compradas quando são publicadas,

muito rapidamente elas não estarão disponíveis no mercado, a sua localização exigirá trabalho muito mais árduo e, possivelmente, acabaremos mesmo por apenas encontrar as ditas obras só nos alfarrabistas pagando, então, de acordo com as regras do mercado. Para além destas dificuldades, acresce que o prestígio da biblioteca também se constrói na base da confiança, da universalidade autoral, da variedade que a própria biblioteca souber oferecer aos seus leitores. Todos conhecemos a diferença entre uma biblioteca que tem novidades e obras pertinentes e uma biblioteca onde o dinamismo é coisa que nunca aconteceu. Mas para além da continuidade e da pertinência, uma boa gestão das colecções implica também cooperação. Cooperação entre as várias bibliotecas exercendo actividade na mesma área temática, ou em áreas afins. Numa época de restrições financeiras evidentes, quando o pessoal é cada vez mais limitado e quando o espaço é cada vez mais problemático mas quando, pelo contrário, as comunicações são todos os dias mais eficazes, não valerá a pena todas as bibliotecas dum mesmo domínio científico gastarem montantes idênticos na aquisição e tratamento dos mesmos títulos. A facilidade de comunicações existe para transmitir documentos à distância mas também para pôr as pessoas a contactar umas com as outras. Não é o interesse imediato das diferentes bibliotecas que está em jogo. O que se joga é a garantia de serviços melhores e mais eficientes ao leitor. Nestas circunstâncias, o que se pretende é uma boa cobertura da literatura para este ou aquele domínio. É, portanto, a garantia da diversidade. Há que otimizar os recursos de que dispomos e rentabilizá-los ao máximo. Se não fizermos isto, se não lutarmos por esta conjugação de esforços, estaremos deliberadamente a erguer outra barreira ao acesso dos leitores à informação. A formação das colecções constitui o cerne da actividade da biblioteca e é, em si mesmo, uma actividade cara: porque os livros e as revistas custam dinheiro, porque o seu tratamento exige pessoal especializado e, em última análise, a sua manutenção exige uma boa parte do orçamento da instituição quer de uma forma directa — no acondicionamento em caixas ou por via de encadernação apropriada — quer de uma forma indirecta — os metros de estante têm um preço como também tem

um preço a electricidade, a limpeza ou a segurança. À primeira vista poderia pensar-se que os metros quadrados não custam dinheiro mas esse, sendo um factor que habitualmente não se “mede”, tem um custo que não é despiciendo. Quanto custaria o aluguer de um escritório com 200 m² nesta área da cidade? A partir daqui podem começar a fazer as vossas contas... Não podemos, pois, coleccionar por coleccionar. Há objectivos, há custos e há leitores. Há sobretudo o direito destes a uma informação pertinente e actualizada, já. Uma gestão leviana das colecções transforma-se, assim, na terceira barreira ao acesso à informação.

Referi, de passagem, a preservação das colecções. Bom, a preservação por si só daria tema para várias palestras mas tentarei aqui abordar só aqueles aspectos mais imediatos. A primeira coisa a fixar neste domínio é que preservar não é mais sinónimo de manter porque durante a manutenção das espécies nas estantes a deterioração já começou e não sendo tomadas certas providências ela vai acelerar-se de forma autónoma e incontrolável. Acharão que estou a dramatizar mas posso assegurar-vos que não. Se pensarem um pouco nos vossos próprios livros, desses que guardam lá em casa, nos livros da vossa juventude, lembram-se da côr que esses livros adquiriram com os anos? Pois bem, essa côr, entre o amarelado e o acastanhado, significa que o papel está a sofrer uma alteração química que o enfraquece e que, em breve, estará tão frágil e quebradiço que a sua utilização frequente ou descuidada poderá desfazer as folhas em pó. Poderão aferir da resistência do papel dobrando um canto duma dessas folhas amarelecidas. Tentem uma ou duas vezes. Quanto mais depresssa ficarem com o cantinho de papel nas mãos, mais óbvio se torna que o papel está completamente enfraquecido. Claro, que se fizerem isso às histórias da vossa infância, se as folhas se partirem a importância do facto é apenas de ordem sentimental mas as consequências de situação idêntica numa biblioteca extravasam certamente o foro sentimental. Preservar as nossas colecções tornou-se, pois, uma tarefa inadiável. Ignorar esta missão prossequindo com a utilização incontrolada dos documentos, ou esquecer os cuidados preventivos que eles exigem é, sem dúvida, contribuir para erguer uma quarta barreira ao acesso à informação.

A preservação é, de certa forma, uma matéria nova no amplo leque das disciplinas que constituem o “corpus” da biblioteconomia e da arquivística. Dado o seu carácter de novidade, alongar-me-ei um pouco mais aqui do que fiz com os outros aspectos.

Sempre houve a percepção de que era indispensável zelar pelas colecções de documentos, mas uma intervenção sistemática e estruturada constitui uma atitude bastante recente. Talvez se possa referir a década de 80 como aquela que vê surgir a preservação como um aspecto indissociável da gestão das bibliotecas e também dos arquivos. Uma política de preservação respeita todos os aspectos organizativos de cada serviço da biblioteca. De facto, a preservação corta transversalmente a organização. Tem a ver com as aquisições bibliográficas: podem ser feitas novas aquisições para colmatar lacunas ou apenas para substituir espécies que deixaram de reunir as condições físicas mínimas que lhes permitam circular mas, então, há que arrumar essas novas espécies, estudar o espaço existente, o acondicionamento das peças que chegam e das outras que lá estão — uma vez que sendo os estados bibliossanitários diferentes, poderão conviver em espaços comuns? Determina decisões sobre a eliminação (ou não) de espécies bibliográficas: sabendo-se da inexistência no mercado de determinados títulos, mesmo que os nossos estejam em péssimas condições físicas, talvez tenhamos que os manter; define e limita o regime de empréstimos, quer se trate do chamado empréstimo inter-bibliotecas quer se trate do empréstimo de espécies para exposições bibliográficas ou iconográficas dado que, em princípio, espécies com sinais evidentes de deterioração não se deveriam emprestar nem expor; finalmente, a preservação das espécies determina em termos definitivos as decisões em matéria de transferência de suporte (matéria que vem pela primeira vez reconhecida como tal na lei-orgânica do Ministério da Cultura, Maio de 1996) nomeadamente a definição e adopção de uma política de microfilmagem ou de digitalização porque um elevado grau de deterioração pode não aconselhar mais nenhuma outra medida que não seja a preservação do conteúdo intelectual da obra em causa. Preservar, assim, significa gerir globalmente as colecções e, tal como acontece com a automatização, é uma

actividade que corta transversalmente a estrutura da biblioteca. Vale a pena aqui lembrar que a introdução dos procedimentos automatizados nas bibliotecas nos anos 60 e 70 alterou radicalmente os serviços daquelas: de início, a automatização afectou apenas um ou outro circuito da biblioteca. A catalogação era uma tarefa “per se”, isolada, que não assegurava nenhuma relação imediata entre o que se passava na catalogação e os serviços de informação bibliográfica aos leitores, isto é, o catálogo não reflectia, em cada dia, os trabalhos em curso na rectaguarda. A partir da década de 80 o processamento técnico por computador adquire outra dimensão: o tratamento técnico das obras pode ser acompanhado em simultâneo pelos leitores se assim for decidido ou, na pior das hipóteses, com apenas algumas horas de diferença; os vários níveis do processamento técnico passam a estar todos interligados, as rotinas da biblioteca são tratadas de forma integrada proporcionando uma eficácia até agora desconhecida.

A situação com a preservação é, do meu ponto de vista, em tudo idêntica. Durante muito tempo, preservação significou o restauro laboratorial das espécies correspondendo, portanto, a uma intervenção pontual, desintegrada do contexto mais geral que tinha em vista a prossecução dos objectivos da biblioteca que são, fundamentalmente, facultar o acesso à informação. Aos poucos, foi-se compreendendo que esta intervenção, espécie a espécie, constituía uma corrida contra o tempo, corrida que os técnicos, as bibliotecas e os arquivos estavam condenados a perder. Nesta corrida entravam dois factores cuja ponderação foi decisiva para mudar o âmbito de actuação da preservação: por um lado, a solicitação de obras, quer bibliográficas quer iconográficas, para figurarem em exposições, tendia a aumentar e, por outro lado, a evidência da deterioração física das obras provocada pela origem orgânica dos materiais, que no seu conjunto constituem o documento, deterioração para a qual concorre o seu uso constante; o pouco cuidado no seu manuseio; ou a deficiente qualidade das condições ambiente fizeram compreender que a intervenção junto dos documentos à guarda das bibliotecas e dos arquivos teria de mudar se a preocupação última era a da sua preservação. Quer dizer, tanto

no caso da automatização como no caso da preservação, de simples tarefas marginais tornaram-se questões centrais na gestão destas instituições culturais, passando a ser consideradas de forma global. Nenhuma biblioteca, nenhum arquivo se pode alhear das exigências destas duas disciplinas porque ambas põem em causa e determinam o acesso às colecções, a promoção da leitura e são o garante da difusão da informação. Bibliotecas e arquivos modernos e eficazes erguem-se, pois, sobre os pilares da informatização e da preservação os quais corporizam um conflito que é potencialmente motor de transformação. Muitas são as ameaças que espreitam a herança cultural à nossa guarda: para além das calamidades naturais (como o fogo) ou de causas atribuíveis ao Homem (como as guerras), persistem nas bibliotecas e nos arquivos outras causas igualmente devastadoras. O contacto com os seus próprios técnicos, ou com os seus leitores, a poeira, o bolor, a humidade (o excesso ou a falta dela), a luz, o calor, o papel ácido ou muito simplesmente a própria idade dos documentos em questão, são tudo causas que ameaçam silenciosa e insidiosamente a sobrevivência da nossa memória colectiva. Não há biblioteca ou arquivo, museu ou colecção particular que possa gabar-se de estar livre deste pesadelo. De todos os lados, as estatísticas confirmam que 25% do património documental gráfico universal está em vias de desaparecimento. E a causa principal sempre indicia o papel ácido — os documentos são produtos de origem orgânica, portanto, com ciclo de vida próprio: nascem, vivem e morrem. Em última análise, cabe-nos a responsabilidade de retardar essa morte anunciada. É, pois, preciso que se saiba que salvar, em muitas circunstâncias, ainda é possível uma vez que as técnicas e as tecnologias estão disponíveis.

Uma ideia que tem confortado gerações de técnicos é a de que alguns documentos são imunes à deterioração ou de que algumas bibliotecas não têm nada a ver com esses problemas. Esta interpretação está completamente errada: (i) se os documentos são seres orgânicos, passam todos pela mesma cadeia evolutiva e mesmo os mais “fortes” dentre eles dificilmente resistem às condições que hoje os rodeiam; (ii) a herança cultural é aquilo que recebemos mas é também aquilo que adquirimos no decorrer do

nosso desempenho profissional e de que deixaremos testemunho para as gerações vindouras. Para sempre. Não há biblioteca que se possa livrar desta situação: numa biblioteca pública, a leitura multiplicada dos exemplares contribui para a sua degradação mas será solução pensar que cada título estragado se pode substituir por um novo? Quem paga? Poderemos esbanjar o orçamento dessa maneira leviana? Será que um exemplar de “Os Maias” editado em 1996 pode substituir com o mesmo mistério e encanto um exemplar da sua 1ª edição? Será indiferente dispor de um exemplar assinado e dedicado pelo seu autor quando da sua passagem pela biblioteca, ou dispor de um outro exemplar, ainda que se trate do mesmo título, mas sem sinal da passagem e da palestra proferida pelo autor naquela biblioteca? As respostas são óbvias. Por seu lado, numa biblioteca universitária, só porque hoje a abordagem científica deste ou daquele tema se processa de maneira diferente, estaremos autorizados a desfazermos-nos dos exemplares que já não constam das bibliografias indicadas pelos professores? Na minha opinião, não podemos nem devemos. A opção a tomar exige uma análise da obra em presença: ou o conteúdo intelectual interessa verdadeiramente e optamos pela microfilmagem ou pela digitalização; ou se trata apenas dum belo artefacto, e aplicamos-lhe um processo de desacidificação; ou o documento reúne a beleza da forma à grandeza da mensagem e, então, não teremos outra escolha que não seja proceder simultaneamente à transferência de suporte, correspondendo aos interesses da investigação, e à desacidificação, respeitando a curiosidade das gerações futuras.

Começa, pois, a ficar claro que é errada a ideia de que programas de preservação só têm lugar em bibliotecas com fundos de livro antigo — embora o valor óbvio destes lhes tenha permitido gozar de estatuto e cuidados especiais fazendo com que chegassem até nós em bem melhores condições do que se tivessem sido considerados como “obras vulgares”. Tal como acontece com o livro antigo, raro ou não, o livro corrente é igualmente passível de uma intervenção preventiva mas conforme o tipo de livro a que os programas de preservação se dirigem as características da intervenção variam. E se é verdade que muitas das vezes o estado de conservação

física do chamado “livro antigo” é invejável (feito de pasta de papel de fibras longas, mais resistente e flexível), também não é menos verdade que o seu valor histórico (no mínimo por ser mais velho) nos obriga a olhar com maior atenção para as condições actuais em que o mesmo é guardado. Mais do que deixarmos as nossas instituições resolverem todos os problemas pela simples aplicação da solução “adquirir novo”, política do poder do dinheiro, teremos de convencer as nossas instituições que, em certas ocasiões, mais vale “adquirir de novo”, isto é, preservar.

Tentei dar uma volta às bibliotecas, local privilegiado de comunicação, e chamar a vossa atenção para alguns dos aspectos que mais obviamente podem limitar o acesso dos leitores à informação. Estou consciente que deixei muitos de fora mas o que interessava hoje não era proceder a um enunciado exaustivo das situações difíceis ou preconceituosas que se escondem nas bibliotecas. O que estava em causa e, sinceramente, o que espero ter conseguido, era assinalar algumas das minhas preocupações nesta matéria as quais, talvez, por outras palavras constituem o cerne do livro que vim aqui apresentar. Muito obrigada.